



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Processo n.102.966/15

CONTRATO N. 2016/152.1

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO CELEBRADO ENTRE A CÂMARA DOS DEPUTADOS E A CETRO RM SERVIÇOS LTDA., PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS NAS ÁREAS DE DESIGN PARA PUBLICIDADE, EXPOSIÇÕES, EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA E DIAGRAMAÇÃO DE PRODUTOS MULTIMÍDIA, PELO PERÍODO DE DOZE MESES.

Ao(s) CINCO dia(s) do mês de JULHO de dois mil e dezessete, a CÂMARA DOS DEPUTADOS, situada na Praça dos Três Poderes, nesta Capital, inscrita no CNPJ sob o n. 00.530.352/0001-59, daqui por diante denominada CONTRATANTE, e neste ato representada por seu Diretor-Geral, o senhor LÚCIO HENRIQUE XAVIER LOPES, brasileiro, casado, residente e domiciliado em Brasília - DF, e a CETRO RM SERVIÇOS LTDA., situada na Rua Alameda Salvador, nº 1057, Edf. Salvador Business, Torre Europa, Sl. 1415, Caminho das Árvores, Salvador, Bahia, inscrita no CNPJ sob o n. 08.307.120/0001-48, daqui por diante denominada CONTRATADA, e neste ato representada por seu Representante, o senhor DANIEL RODRIGUES LESSA, brasileiro, residente e domiciliado em Salvador, Bahia, perante as testemunhas que este subscrevem, acordam em celebrar o presente Contrato, em conformidade com o processo em referência, com as disposições contidas na Lei n. 8.666, de 21/6/93, e alterações posteriores, daqui por diante denominada simplesmente LEI, na Lei n. 10.520, de 17/7/02, no Regulamento dos Procedimentos Licitatórios da Câmara dos Deputados, aprovado pelo Ato da Mesa n. 80, de 7/6/01, publicado no D.O.U. de 5/7/01, doravante denominado simplesmente REGULAMENTO, e com o Edital do Pregão Eletrônico n. 76/16, denominado simplesmente EDITAL, e seus Anexos, observadas as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

Este Aditivo decorre do acréscimo de 05 (cinco) postos de trabalho, a partir de 05/07/2017.

A referida alteração resulta em um acréscimo aproximado de 18,88% (dezoito inteiros e oitenta e oito centésimos por cento) do valor mensal atualizado do Contrato n. 2016/152.0 e encontra amparo no artigo 65, inciso I, alínea b, c/c parágrafo primeiro, da LEI, correspondente ao artigo 113, inciso I, alínea b, c/c parágrafo primeiro, do REGULAMENTO.

O contrato ora aditado, com sua numeração alterada para 2016/152.1, passa a vigorar com a redação modificada nas seguintes cláusulas:

“

CLÁUSULA TERCEIRA – DO RESUMO DO QUADRO DE PESSOAL E DA REMUNERAÇÃO

A CONTRATADA deverá alocar, para a prestação dos serviços objeto da presente contratação, quadro de pessoal que obrigatoriamente atenda às exigências do EDITAL com, pelo menos, o seguinte quantitativo e salários e, ainda, o adicional indicado a seguir, por categoria:

CATEGORIA	QUANT.	SALÁRIO DE NO MÍNIMO R\$	ADICIONAL NOTURNO R\$	SALÁRIO COM ADICIONAL R\$
TÉCNICO EM PUBLICIDADE E DESIGN	28	5.107,48		
DIAGRAMADOR (com adicional noturno sobre 27h no mês)	1	3.825,61	262,34	4.087,95
DIAGRAMADOR (com adicional noturno sobre 18h no mês)	2	3.825,61	174,85	4.000,46
DESIGNER COORDENADOR	3	6.865,65		
DESIGNER COORDENADOR (com adicional noturno sobre 27h no mês)	1	6.865,65	963,03	7.828,68
TOTAL	35			

Parágrafo primeiro – A CONTRATADA estará obrigada a creditar os salários nas contas bancárias dos empregados, que deverão ser de agências localizadas em Brasília-DF, até o quinto dia útil do mês posterior ao da prestação dos serviços, em horário bancário.

Parágrafo segundo – Todo o acréscimo salarial devido ao empregado será calculado sobre o salário do mês a que se referir e discriminado em folha de pagamento.

Parágrafo terceiro – Possíveis reajustes aos salários fixados deverão obedecer à política salarial vigente das categorias, sendo que as entidades de classe consideradas pela CONTRATANTE como legítimas representantes da categoria profissional são:

- Sindicato dos Publicitários de Brasília e Sindicato das Agências de Propaganda do Distrito Federal, para os Técnicos em publicidade e design;
- Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Distrito Federal e Sindicato das Empresas de Televisões, Rádios, Revistas e Jornais do Distrito Federal - SINTERJ – DF, para os Diagramadores;



c) Sindicato dos Publicitários de Brasília e Sindicato das Agências de Propaganda do Distrito Federal, para os Designers Coordenadores.

CATEGORIA	SINDICATO DOS TRABALHADORES	SINDICATO PATRONAL
Técnico em publicidade e design	Sindicato dos Publicitários de Brasília	Sindicato das Agências de Propaganda do Distrito Federal
Diagramador	Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Distrito Federal	O Sindicato das Empresas de Televisões, Rádios, Revistas e Jornais do Distrito Federal - SINTERJ - DF
Designer Coordenador	Sindicato dos Publicitários de Brasília	Sindicato das Agências de Propaganda do Distrito Federal

Parágrafo quarto – Além dos salários fixados, a CONTRATADA ficará obrigada a fornecer, até o 5º (quinto) dia útil do mês em referência, auxílio-alimentação correspondente a 22 (vinte e dois) dias por mês, cujo valor está fixado em R\$ 24,31 (vinte e quatro reais e trinta e um centavos), por dia.

Parágrafo quinto – O valor do auxílio-alimentação deverá ser integralmente repassado aos empregados.

Parágrafo sexto – Além dos salários fixados, a CONTRATADA ficará obrigada a fornecer, se for o caso, até o 5º (quinto) dia útil do mês em referência, auxílio-transporte de sorte a assegurar o deslocamento diário do empregado no percurso residência/local de trabalho/residência, correspondente a 22 (vinte e dois) dias por mês.

Parágrafo sétimo – Fica a critério da CONTRATADA, proceder às deduções legalmente permitidas na concessão do auxílio-transporte.

CLÁUSULA OITAVA – DO PREÇO

O preço total do presente Contrato é de **R\$ 3.701.829,73** (três milhões, setecentos e um mil, oitocentos e vinte e nove reais e setenta e três centavos), a ser pago em parcelas, de acordo com a seguinte composição mensal:

Período de 1º/9/2016 a 04/07/2017:

MONTANTE "A"	
Salários de Mão de Obra	R\$ 152.895,13
Adicionais Noturno	R\$ 1.575,07
Subtotal - Remuneração (1+2)a	R\$ 154.470,20
Encargos Sociais (37,18%)	R\$ 57.432,02
Subtotal Montante "A"	R\$ 211.902,22

MONTANTE "B"	
Custo Adicionais	R\$ 20.025,29
Auxílio Alimentação	R\$ 16.044,60
Auxílio Transporte	R\$ -
Aux. Funeral 1	R\$ 37,33
Aux. Funeral 2	R\$ 0,28
Seguro de Vida 1	R\$ 211,95
Seguro de Vida 2	R\$ 11,79
Seguro de Assistência Médica 1	R\$ 3.548,34
Aux. Creche	R\$ 171,00
Subtotal do Mont "A" + Mont "B"	R\$ 231.927,51
Taxa de Administração (21,50%)	R\$ 49.864,41
PREÇO BÁSICO MENSAL	R\$ 281.791,92
Despesas com 13º salário	R\$ 179.548,43
13º Salário proporcional (10/12)	R\$ 128.725,17
Encargos Sociais (14,80%)	R\$ 19.051,32
Taxa de Administração (21,50 %)	R\$ 31.771,94

PREÇO TOTAL DO PERÍODOR\$ 3.035.039,90

Período de 05/07/2017 a 31/08/2017:

	Acréscimo
MONTANTE "A"	
Salários de Mão de Obra	R\$ 181.948,87
Adicionais Noturno	R\$ 1.575,07
Subtotal - Remuneração (1+2)a	R\$ 183.523,94
Encargos Sociais (37,18%)	R\$ 68.234,20
Subtotal Montante "A"	R\$ 251.758,14
MONTANTE "B"	
Custo Adicionais	R\$ 23.964,52
Auxílio alimentação	R\$ 18.718,70
Auxílio transporte	R\$ -
Aux. Funeral 1	R\$ 44,51
Aux. Funeral 2	R\$ 0,28
Seguro de Vida 1	R\$ 252,71



Seguro de Vida 2	R\$ 11,79
Seguro de Assistência Médica 1	R\$ 4.230,71
Aux. Creche	R\$ 171,00
Subtotal do Mont "A" + Mont "B"	R\$ 275.187,84
Taxa de Administração (21,50%)	R\$ 59.165,39
PREÇO BÁSICO MENSAL	R\$ 334.353,23
Despesas com 13º salário	R\$ 42.663,80
13º Salário proporcional (2/12)	R\$ 30.587,32
Encargos Sociais (14,80%)	R\$ 4.526,92
Taxa de Administração (21,50 %)	R\$ 7.549,56

PREÇO TOTAL DO PERÍODO.....R\$ 666.789,83

.....

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GARANTIA CONTRATUAL

Para segurança do cumprimento de suas obrigações, a Contratada prestará garantia de R\$ 185.091,49 (cento e oitenta e cinco mil, noventa e um reais e quarenta e nove centavos) correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato, de acordo com o artigo 93 e seus parágrafos do REGULAMENTO, observando o disposto a seguir:

Parágrafo primeiro – A garantia deverá assegurar o pagamento de:

- a) prejuízos advindos do não cumprimento deste Contrato;
- b) multas punitivas aplicadas à CONTRATADA;
- c) prejuízos diretos causados à CONTRATANTE decorrentes de culpa ou dolo durante a execução deste Contrato;
- d) obrigações previdenciárias e trabalhistas não honradas pela CONTRATADA.

Parágrafo segundo – A garantia será prestada no prazo de até 15 (quinze) dias, contados da data de entrega da via do contrato e só poderá ser levantada ao final da vigência contratual. A garantia deverá cobrir todo o período de vigência contratual.

Parágrafo terceiro – Também poderá ser considerada como a data de entrega, a data informada no documento de rastreamento de entrega de correspondências obtido no sítio eletrônico da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT.

Parágrafo quarto – A CONTRATADA ficará obrigada a prorrogar a vigência da garantia apresentada sempre que a vigência contratual ultrapassar a data estimada na ocasião de sua assinatura.

Parágrafo quinto – Quando se tratar de depósito caucionado, a garantia deverá observar o disposto no Decreto-Lei 1.737, de 20 de dezembro de 1979 e orientação do SIAFI, que determinam devam ser as garantias prestadas em dinheiro, nas licitações públicas, depositadas na Caixa Econômica Federal (CEF).

Parágrafo sexto – Se a garantia não for prestada em dinheiro, o documento de garantia deverá conter cláusula de renúncia aos benefícios contidos no artigo 827 do Código Civil, devendo ainda estar reconhecidas em cartório as firmas dos garantes.

Parágrafo sétimo – Se a garantia for prestada por Seguro-Garantia, a apólice deverá conter cláusula expressa de cobertura de multas e sanções administrativas contratuais impostas ao Tomador, similar ao texto que segue: “Esta garantia dá cobertura ao pagamento das multas e sanções administrativas contratuais impostas ao Tomador”.

Parágrafo oitavo – Se a garantia for prestada em títulos da dívida pública, sua aceitação será condicionada à atestação de sua validade e exigibilidade pelo órgão competente das fazendas federais, estaduais e municipais respectivas, conforme o caso.

Parágrafo nono – No instrumento do seguro-garantia a CONTRATANTE deverá constar como beneficiária do seguro.

Parágrafo décimo – Não serão aceitas garantias concedidas de forma proporcional ao prazo de validade das mesmas.

Parágrafo décimo primeiro – O prazo para que a CONTRATANTE ciente a instituição garantidora do fato justificador da execução da garantia deverá ser igual ou superior a 90 (noventa) dias, contados a partir do término da vigência do contrato.

Parágrafo décimo segundo – Não serão admitidas garantias contendo cláusula que fixe prazos prescricionais distintos daqueles previstos na lei civil, para a CONTRATANTE requerer perante a instituição garantidora.

Parágrafo décimo terceiro – A falta de prestação da garantia ou sua apresentação em desacordo com o Edital, no prazo fixado, ensejará a aplicação de multa correspondente a 2,22% (dois inteiros e vinte e dois centésimos por cento) do valor estipulado para a garantia, por dia de atraso, a ser aplicada do 16º ao 60º dia, sem prejuízo do disposto no parágrafo décimo oitavo desta Cláusula.

Parágrafo décimo quarto – A falta de prestação da garantia no prazo de 60 (sessenta) dias, contados do dia útil imediato ao da entrega da via do contrato, ensejará a instauração de processo administrativo para apuração de responsabilidade, de que poderá resultar no impedimento de licitar e contratar com a União e no descredenciamento do SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos e, ainda, a rescisão unilateral do contrato por inexecução da obrigação e a aplicação da multa prevista no parágrafo anterior desta Cláusula.

Parágrafo décimo quinto – O disposto no parágrafo décimo terceiro desta Cláusula aplicar-se-á também nos casos em que, notificada pela CONTRATANTE, a CONTRATADA deixar de prorrogar a vigência da garantia



em razão de a vigência contratual ter ultrapassado a data estimada na ocasião de sua assinatura.

Parágrafo décimo sexto – A garantia, ou os documentos que a representam, deverá ser depositada na Coordenação de Contabilidade da CONTRATANTE, localizada no Edifício Anexo I, 5.º andar, sala 505.

Parágrafo décimo sétimo – No caso de rescisão do contrato por culpa da CONTRATADA, a garantia será executada para ressarcimento à CONTRATANTE das multas e indenizações devidas, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas previstas neste Contrato e no REGULAMENTO.

Parágrafo décimo oitavo – Enquanto não constituída a garantia, o valor a ela correspondente será deduzido, para fins de retenção até o cumprimento da obrigação, de eventuais créditos em favor da CONTRATADA, decorrentes de faturamento.

Parágrafo décimo nono – A garantia contratual será devolvida de acordo com o disposto na Ordem de Serviço n. 02, de 2013 da Diretoria-Geral da CONTRATANTE, conforme a seguir:

- a) O Departamento de Material e Patrimônio, independentemente de solicitação da CONTRATADA e após concluídas as diligências necessárias, proporá à autoridade competente a devolução da garantia contratual;
- b) Autorizada a devolução, o Departamento de Finanças, Orçamento e Contabilidade preparará o expediente necessário à entrega da garantia e solicitará o comparecimento da empresa para a retirada dos documentos;
- c) As garantias não retiradas pela CONTRATADA, independentemente do disposto nas alíneas “a” e “b” deste Parágrafo, terão o seguinte tratamento:”
 - c.1) A garantia prestada nas modalidades seguro-garantia ou fiança-bancária será arquivada no processo de origem do respectivo contrato após 120 (cento e vinte) dias do término da sua vigência;
 - c.2) A garantia prestada na modalidade caução em dinheiro, após 5 (cinco) anos do término de sua vigência, será transferida para o Fundo Rotativo da CONTRATANTE, após notificação prévia da CONTRATADA, mediante edital publicado no Diário Oficial da União;
 - c.3) A garantia prestada na modalidade caução em títulos da dívida pública, na forma escritural, transcorridos 120 (cento e vinte) dias do término da vigência e desde que haja manifestação favorável do Departamento de Material e Patrimônio, poderá ser desvinculada do contrato administrativo pela instituição financeira que a mantém em custódia.

.....”
Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições vigentes que não tenham sido expressamente modificadas pelo presente Aditivo.

E por estarem assim de acordo, as partes assinam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito, com 08 (oito) folhas cada uma, na presença das testemunhas abaixo indicadas.

Brasília, 05 de JULHO de 2017.

Pela CONTRATANTE:


Lúcio Henrique Xavier Lopes
Diretor-Geral
CPF n. 357.759.121-87

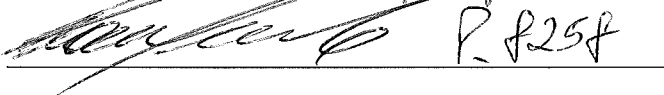
Pela CONTRATADA:


Daniel Rodrigues Lessa
Representante
CPF n. 011.842.555-20

Testemunhas: 1)


Leonardo Z. Lopes p. 7827

2)


R. 8258

CCONT/CR